

PROCESSO SELETIVO

ESTÁGIO DE NÍVEL SUPERIOR

**DIREITO - 2015**

CADERNO DE PROVA

**Instruções:**

1. A prova contém 25 (vinte e cinco) questões objetivas, sendo divididas da seguinte forma:
  - a) 05 (cinco) de Direito Constitucional;
  - b) 05 (cinco) de Direito Administrativo;
  - c) 05 (cinco) de Direito Civil e Processual Civil;
  - d) 05 (cinco) de Direito Penal e Processual Penal;
  - e) 05 (cinco) de Legislação aplicável aos Juizados Especiais Federais (Leis nº 9.099/95 e 10.259/2001).
2. As questões versam sobre matérias do programa constante do Anexo I do Edital. Cada questão valerá 2 (dois) pontos.
3. Cada questão objetiva tem apenas uma alternativa como resposta.
4. Todas as respostas devem ser marcadas no **caderno de respostas**. As anotações no **caderno de prova** não têm qualquer relevância para a pontuação do candidato.
5. Rasurar ou marcar mais de um item invalidará a pontuação da respectiva questão, assim como a falta de resposta.
6. **Não identifique este caderno de respostas**. Qualquer anotação que possa evidenciar a tentativa de identificar a prova ocasionará a eliminação do candidato.
7. Todas as respostas devem ser respondidas com caneta esferográfica azul ou preta.
8. É proibida a utilização de qualquer aparelho elétrico ou eletrônico durante a prova, inclusive relógio. O desrespeito à regra será causa de eliminação do processo seletivo.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### Questão 1

Na forma do que prevê expressamente a Constituição Federal, os atos de improbidade administrativa importarão, entre outras sanções, a:

- a) cassação dos direitos políticos.
- b) pagamento de cestas básicas.
- c) detenção.
- d) prestação de serviços à comunidade.
- e) indisponibilidade de bens.

### Questão 2

Aos juízes federais compete julgar, dentre outras:

- a) as causas de falência em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal sejam interessadas.
- b) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
- c) as causas relativas à grave violação de direitos humanos, com o objetivo de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.
- d) todas as causas em que forem partes, de um lado, autarquia federal de previdência e, de outro, o segurado ou beneficiário.
- e) os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, desde que o início da execução e o resultado tenham ocorrido no Brasil.

### Questão 3

Nos crimes comuns, compete aos Tribunais Regionais Federais, processar e julgar, originariamente os:

- a) ministros de Estado.
- b) membros do Ministério Público dos Estados.
- c) desembargadores do Distrito Federal.
- d) juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho.
- e) governadores dos Estados e do Distrito Federal.

#### Questão 4

A Constituição brasileira de 1988 estabeleceu um imenso rol de princípios fundamentais, dentre os quais o que se relaciona à forma de governo é o:

- a) federalista
- b) republicano
- c) democrático
- d) soberano
- e) popular

#### Questão 5

Nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, considere as seguintes afirmações sobre o exercício do poder:

- I. Todo o poder emana do povo.
- II. O poder pode ser exercido diretamente, somente por intermédio de plebiscito e referendo.
- III. O poder pode ser exercido indiretamente, por meio de representantes, tais como Deputados Federais, eleitos.
- IV. A eleição dos representantes do povo é feita pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) III e IV.
- e) I, III e IV.

### DIREITO ADMINISTRATIVO

#### Questão 6

O controle que a própria Administração exerce sobre seus órgãos decorre

- a) do poder regulamentar.
- b) da atividade discricionária.
- c) da tutela.
- d) do poder de autotutela.

e) da autoexecutoriedade

#### Questão 7

Entre os poderes atribuídos à Administração pública insere-se o denominado poder disciplinar, que corresponde ao poder de:

- a) impor restrições à atuação de particulares, em prol da segurança pública.
- b) coordenar e controlar a atividade de órgãos inferiores, verificando a legalidade dos atos praticados.
- c) editar normas para disciplinar a fiel execução da lei.
- d) organizar a atividade administrativa, redistribuindo as unidades de despesas.
- e) apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos.

#### Questão 8

Com relação ao controle judicial dos atos administrativos pelo Poder Judiciário, é correto afirmar que ele:

- a) está concentrado na legalidade, como também no juízo de oportunidade.
- b) está concentrado no juízo de oportunidade e não na legalidade.
- c) é somente exercido pela Corte de Contas.
- d) está concentrado na legalidade do ato e não no juízo de oportunidade.
- e) inexistente.

#### Questão 9

Acerca dos princípios da administração pública, assinale a opção correta.

- a) O desvio de poder, conduta que viola o princípio da moralidade administrativa, submete-se ao controle interno corporis da administração pública, sendo vedada sua apreciação pelo Poder Judiciário, cuja atuação é admitida apenas para controle de atos legais e de improbidade.
- b) O princípio da publicidade assegura a divulgação ampla dos atos praticados pela administração pública, quer tratem eles de assuntos de interesse particular, quer tratem de assuntos de interesse coletivo ou geral, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
- c) A observância do princípio da legalidade — limitação imposta ao Estado, que só pode fazer o que a lei permite — não impede que a administração, por simples ato administrativo, conceda direitos, crie obrigações ou imponha vedações aos administrados em benefício da coletividade.

d) A autoridade administrativa pode, em determinadas situações, renunciar, total ou parcialmente, aos interesses públicos, prescindindo de autorização expressa em lei para tal, visto que o princípio da finalidade pública não é absoluto.

e) O princípio da impessoalidade tem por finalidade específica impedir que o administrador atue no julgamento de processo administrativo de que seja parte interessada seu cônjuge ou companheiro ou parente em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

### Questão 10

Assinale a opção correta a respeito da responsabilidade civil do Estado.

a) O Estado será responsável pelos danos que seus agentes causarem, sendo incabível a ação regressiva mesmo no caso de dolo e culpa do agente.

b) À semelhança do que ocorre no direito civil, o direito administrativo admite a culpa concorrente da vítima, considerando-a causa atenuante da responsabilidade civil do Estado.

c) A responsabilidade civil do Estado refere-se à obrigação de reparar os danos causados por seus agentes a terceiros em decorrência de suas atuações, mas não por suas omissões.

d) O ordenamento jurídico brasileiro adota a teoria da irresponsabilidade do Estado.

e) Segundo a CF, a responsabilidade civil do Estado abrange as pessoas jurídicas de direito público, as de direito privado prestadoras de serviços públicos e as executoras de atividade econômica.

## DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

### Questão 11

A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil, cessando a incapacidade para os menores:

I. pelo casamento.

II. pelo exercício de emprego público efetivo.

III. pela colação de grau em curso de ensino médio.

De acordo com o ordenamento jurídico vigente, está correto o que se afirma APENAS em:

a) II.

b) I.

c) I e II.

d) III.

e) I e III.

### Questão 12

Prescrição e decadência:

- a) extinguem, respectivamente, a pretensão e o direito potestativo.
- b) extinguem, respectivamente, o direito potestativo e a pretensão.
- c) extinguem o direito de ação.
- d) extinguem a pretensão.

### Questão 13

Analise as proposições abaixo e marque a alternativa correta.

- a) A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, acarreta a revogação e/ou modificação da lei anterior.
- b) De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, o desconhecimento das disposições legais caracteriza excludente de ilicitude de condutas contrárias à lei.
- c) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar no prazo de 90 ( noventa) dias depois de oficialmente publicada.
- d) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- e) A lei nova de ordem pública pode alterar os efeitos de ato já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.

### Questão 14

Acerca de audiência e sentença, assinale a opção correta.

- a) A verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença não faz coisa julgada.
- b) São requisitos essenciais da sentença o relatório, os fundamentos e a decisão interlocutória.
- c) Se verificar erro na sentença publicada, o escrivão pode alertar o juiz para alterá-la por meio de embargo de declaração.
- d) A função do juiz é jurisdicional e, portanto, é impróprio afirmar que exerce poder de polícia na audiência.
- e) Como as audiências são públicas, é absolutamente vedada sua realização a portas fechadas.

### Questão 15

O ônus da prova compete ao autor:

- a) não admitindo inversão.
- b) em regra, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito.
- c) salvo convenção em contrário, que pode recair sobre direito indisponível da parte.
- d) quanto ao fato constitutivo de seu direito, não admitindo inversão, salvo se o Ministério Público for parte, independentemente da natureza da lide.
- e) quanto ao fato constitutivo de seu direito, admitindo inversão, em hipóteses excepcionais, independentemente de ser ou não parte o Ministério Público.

### PENAL E PROCESSO PENAL

### Questão 16

Com relação aos princípios constitucionais de Direito Penal, examine as seguintes afirmativas:

I reza o princípio da reserva legal que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.

II de acordo com o princípio da irretroatividade, a lei penal não retroagirá, salvo disposição expressa em lei.

III segundo o princípio da pessoalidade, nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, independentemente do limite do valor do patrimônio transferido.

Assinale:

- a) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- b) se somente a afirmativa III estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se somente a afirmativa I estiver correta.

### Questão 17

Nos termos do Código Penal, acerca da Ação Penal, é INCORRETO afirmar:

- a) Não será pública, quando a lei expressamente declarar que será privativa do ofendido.

- b) A ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.
- c) A ação de iniciativa privada é promovida, mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo, bem como por requisição do Ministro da Justiça.
- d) No caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.

### Questão 18

Assinale a alternativa CORRETA:

- I. O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza só responde pelos atos já praticados, ocorrendo assim a hipótese de arrependimento posterior.
- II. A pena para o crime tentado é a mesma aplicada para o crime consumado diminuída de 1/6 a 1/3.
- III. Ocorre tentativa quando, antes de iniciar a execução, o agente é impedido de levar adiante a ideia de praticar o delito por circunstâncias alheias à sua vontade.
- IV. O agente que impede a produção dos efeitos de sua ação faz, agindo assim, com que, o crime não se consume. Ocorre, desse modo, o arrependimento eficaz.

- a) As alternativas I e II estão corretas.
- b) As alternativas III e IV estão corretas.
- c) Somente a alternativa II está errada.
- d) Somente a alternativa IV está correta.

### Questão 19

Assinale a alternativa correta a respeito da competência jurisdicional no processo penal.

- a) A competência será fixada prioritariamente no foro do domicílio do ofendido.
- b) Nos casos de exclusiva ação privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou da residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.
- c) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.

- d) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será determinada pelo lugar em que tiver sido praticado, no Brasil, o primeiro ato de execução.
- e) Não sendo conhecido o domicílio do réu, a competência regular-se-á pelo local da infração

#### Questão 20

Ocorrido um crime de roubo perpetrado na cidade de Caetité-BA contra agência bancária da Caixa Econômica Federal, em que tenha havido a subtração de dinheiro do caixa, a competência para a ação penal é da:

- a) Justiça Estadual.
- b) Justiça Federal.
- c) Justiça Federal ou Justiça Estadual, observada a regra de prevenção.
- d) Justiça Federal ou Justiça Estadual, conforme o inquérito tenha sido conduzido pela Polícia Federal ou pela Polícia Estadual.
- e) Justiça Federal ou Justiça Estadual, observada a regra de conexão e continência.

### JUIZADOS FEDERAIS

#### Questão 21

Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo as contravenções e os crimes a que a lei comine pena máxima NÃO superior a

- a) dois anos, cumulada ou não com multa.
- b) três anos, cumulada ou não com multa.
- c) dois anos, desde que não cumulada com multa.
- d) um ano, desde que não cumulada com multa.
- e) dois anos e seis meses, cumulada ou não com multa.

#### Questão 22

Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas da competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, dentre as quais, as causas:

- a) para anulação ou cancelamento de ato administrativo federal de natureza previdenciária.
- b) de desapropriação, de divisão, demarcação, populares, executivos fiscais e por improbidade administrativa.
- c) que tenham por objeto impugnação de pena de demissão imposta a servidores públicos civis.
- d) que tenham por objeto a impugnação de sanções disciplinares aplicadas a militares.
- e) sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos.

#### Questão 23

Acerca dos juizados especiais criminais, assinale a opção correta.

- a) Tratando-se de ação penal pública incondicionada, o MP poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos, o que não é possível em ação penal pública condicionada à representação.
- b) A competência do juizado será determinada pelo lugar em que tenha sido praticada a infração penal ou pelo lugar em que se tenha produzido o resultado, aplicando-se a teoria da ubiquidade.
- c) Não sendo o acusado encontrado para ser citado, a secretaria do juizado procederá de imediato à sua citação por hora certa.
- d) Não se faz necessária a presença de advogado para a defesa do acusado, que, no entanto, poderá constituir causídico ou solicitar a nomeação de defensor público.
- e) Na ação penal de iniciativa privada, a homologação da composição civil dos danos acarreta a renúncia ao direito de queixa.

#### Questão 24

Acerca da Lei 10.259, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre a instituição dos juizados especiais cíveis e criminais no âmbito da Justiça Federal, assinale a opção correta.

- a) Apenas a União, autarquias e fundações federais poderão ser réus no Juizado Especial Federal Cível.
- b) Nas ações previdenciárias e relativas à assistência social, havendo designação de exame, serão as partes intimadas para, em cinco dias, apresentar quesitos e indicar assistentes.
- c) A Lei 10.259/ 01 reconhece a possibilidade de reexame necessário.

- d) É competência do Juizado Especial Cível julgar as causas de sanções disciplinares aplicadas a militares.
- e) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias .

<b>Questão 25</b>
-------------------

A respeito dos juizados especiais cíveis no âmbito da justiça federal, assinale a opção correta.

- a) Contra as sentenças proferidas pelos juizados especiais federais em desfavor da fazenda pública da União deve haver o reexame necessário.
- b) A opção pelo procedimento dos juizados especiais federais importa em renúncia tácita ao valor que exceder aos sessenta salários mínimos previstos em lei.
- c) O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.
- d) Nos juizados especiais federais, a União, as autarquias, as fundações públicas e as empresas públicas federais podem ser réis, mas a atuação como autor está limitada às pessoas físicas.
- e) A produção de prova pericial não é admitida nos juizados especiais federais, cuja competência está restrita a causas de menor complexidade.

### GABARITO

01	E
02	B
03	D
04	B
05	E
06	D
07	E
08	D
09	B
10	B
11	C
12	A
13	D
14	A
15	D
16	E
17	C
18	D
19	B
20	B
21	A
22	A
23	E
24	E
25	C